



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, no Palácio Fonte Grande - Rua Sete de Setembro, 362, 9º andar, Sala de Decisão, Centro, Vitória/ES, foi realizada a 8ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG - CIF. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente do IBAMA e do CIF, Suely Araújo deu início aos trabalhos. A reunião teve início com a Presidente do CIF solicitando que os novos membros do Comitê se apresentassem, aos quais deu boas vindas. Em seguida o secretário executivo do CIF informou sobre as pendências dos Órgãos integrantes junto aos conselhos. Em relação ao Conselho Fiscal informou ainda haver uma pendência quanto a indicação do Governo do Estado de Minas Gerais e da União; para o Conselho Consultivo resta a indicação de cinco representantes do CBH-Doce. Ressaltou ter realizado uma apresentação no Conselho Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) sobre o funcionamento e composição do CIF, para o qual devem indicar dois representantes conforme indicado no TTAC. Continuou informando que ainda restam a indicação de cinco representantes para o Painel de Especialistas, sendo um do Ministério Público Federal (MPF), um dos Ministérios Públicos do Estado do Espírito Santo e do Estado de Minas Gerais, três indicados de comunidades impactadas de Minas Gerais. Esclarecendo que houve poucos avanços nas indicações para os Conselhos. Em seguida a Presidente do CIF solicitou que os representantes dos Órgãos se manifestassem quanto às indicações para os Conselhos. O representante do Governo de Minas Gerais informou que nos próximos dias deverá ocorrer a indicação do representante do Estado para o Conselho Fiscal; para o Conselho Consultivo ressaltou que a situação é a mesma da relatada na 7ª Reunião, continuam as dificuldades na indicação das comunidades impactadas no desejo de participar do Conselho. Esclarece que o Governo do Estado está fazendo um trabalho de articulação junto às lideranças das comunidades impactadas, e para a próxima reunião existe a intenção de trazer um posicionamento sobre a participação ou não destas comunidades, possibilitando uma alternativa se for o caso. A Presidente do CIF ressalta a importância da questão das comunidades visto um dos questionamentos judicial mais forte é que o acordo não garante a participação dos atingidos. Ao que o representante do Governo de Minas Gerais informa que está trabalhando no sentido de mostrar a importância do acordo e da participação das comunidades na construção e acompanhamento dos programas. O secretário executivo do CIF reitera a necessidade de indicação dos cinco representantes do CBH-Rio Doce para o Conselho Consultivo, ao que o representante do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Doce no CIF informa que já houve o encaminhamento dos representantes para a Fundação Renova. A Presidente do CIF ressalta a importância que a indicação dos nomes dos representantes dos Órgãos juntos aos conselhos seja repassada também à secretaria executiva do CIF, para o controle. Ao questionamento sobre o número de vagas para as comunidades atingidas, o secretário executivo do CIF informa que são três vagas para Minas Gerais sendo que o Governo do Espírito Santo já fez as indicações requeridas. O representante do Governo de Minas Gerais esclarece que das três vagas, uma foi designada aos povos indígenas, ao que a Presidente do CIF explica que segundo o representante da FUNAI, os representantes indígenas requerem três vagas visto uma etnia, são três, não aceitar que a outra a represente. Como o número de vagas está previsto no TTAC, a Funai está se articulando com os povos indígenas para tentar resolver questão. Sobre a composição do CIF não existem pendências quanto às representações, havendo apenas alteração por parte da representação do Governo de Minas Gerais, da Secretaria de Cidades e de Integração Regional - SECIR. A Portaria com a alteração já foi assinada, restando apenas sua publicação. Ao reiterar o questionamento sobre a possibilidade de se obter o nome do representante das comunidades atingidas durante o treinamento a se realizar na próxima sexta-feira, a Presidente do CIF entende não haver problemas. Dando continuidade, a Presidente do CIF relata audiência com a juíza da 12ª Vara, onde está o processo relativo a homologação ou não do Acordo, ao qual foi acompanhada pelo jurídico da União e do Estado de Minas Gerais. Segundo relata, a juíza não se posicionou contra a estrutura de governança que foi montada, o CIF e suas 10 Câmaras Técnicas trabalhando junto com a Fundação Renova, deixando claro que não importa a forma como os programas vão ser feitos mas que sejam agilizados e aconteçam. A intenção não é contestar a validade do CIF ou da Fundação, mas onde o Acordo pode ser aperfeiçoado ou o que pode ser feito em termos de melhorias com um aporte maior

Auey

56 de recursos, a juíza está estudando o que fazer em reuniões com o Ministério Público. Na compreensão da
57 Presidente do CIF, a manutenção da estrutura de governança do CIF deve ser garantida. O representante do
58 Governo de Minas Gerais retificou que não se tratava de uma audiência mas sim um despacho com a juíza da
59 12ª Vara, a partir de demanda do Governo, para tentar explicar o que o CIF vem fazendo, e a impressão foi
60 que chegaram apreensivos e saíram otimistas. Informa que ao final a juíza requereu uma apresentação da
61 estrutura do Comitê Interfederativo, dos programas, o que tem sido executado, todo o trabalho desde a
62 implantação do CIF até hoje. No seu entender, a juíza busca um aprimoramento dos programas sobretudo
63 socioeconômicos, ela deseja melhorias e conta com estas melhorias por meio de uma nova pactuação. Ela
64 busca concatenação de ideias do Ministério Público, Órgãos Públicos e empresas. A Presidente do CIF
65 informou que ficou de ser agendada reunião para a qual deverá chamar os coordenadores das Câmaras
66 Técnicas para apresentação do que vem sendo feito para a juíza. Requer aos Coordenadores de CTs sobre
67 possíveis ajustes no TTAC, mais pontuais possíveis, em suas respectivas Câmaras Técnicas visando possível
68 negociação com a juíza, já que ela informou querer ajustes/aperfeiçoamentos. Assim, entende que, em
69 especial nas medidas compensatórias, pode-se ter avanços. Ressalta que tal pedido aos coordenadores não é
70 uma demanda da juíza, que não pediu nada, mas uma simples precaução para que o Comitê tenha uma lista
71 de medidas, pois pode aparecer uma lista completamente diferente do que o CIF entende necessário e, se não
72 houver uma relação de medidas, não se terá um contraponto. O Procurador-Chefe substituto da Procuradoria
73 Federal Especializada junto ao IBAMA ressaltou que houve anulação da homologação e não do Acordo;
74 quanto à determinação do depósito pela Samarco do montante de 1,2 bilhão de reais, o que levou a um receio
75 de inviabilização dos programas, a juíza aceitou a proposta dos advogados da Samarco de uma garantia,
76 possivelmente de algum bem da empresa. A juíza informou ainda que a garantia poderá ser revertida para a
77 Fundação, fato que demonstra que a juíza não está em choque com o que o CIF vem fazendo. A Presidente
78 do CIF confirmou a 9ª Reunião do CIF para os dias 12 e 13 de dezembro de 2016, em local a ser definido,
79 após debater com os membros sobre o assunto. Em continuidade, a Presidente do CIF relatou duas reuniões
80 com o Presidente da República sobre a questão de Mariana. No geral, entende que o recado, no âmbito do
81 Gabinete, sobre o trabalho do CIF foi repassado, os programas que estão sendo desenvolvidos e aqueles que
82 estão com atraso. Citou alguns programas atrasados como o Programa Indígena. Ressalta que na Nota
83 Técnica há um tom de crítica tentando não se passar que a impressão que está tudo bem, sendo o papel do
84 CIF acompanhar o desenvolvimento das ações/programas. Ressalta assim que o Presidente da República está
85 acompanhando de perto o trabalho tanto que dedicou um dia inteiro de sua agenda para tratar do tema. O sr.
86 Fábio Feldman colocou o caráter simbólico da reunião com o Presidente, de que o Governo não está quieto,
87 o recado político era claro, dois Governadores, três Ministros de Estado, as empresas, e o recado era do
88 Governo. Ressalta que apesar de não ser do CIF, entende que é importante a manutenção da reunião no mês
89 de dezembro, sinalizando para a sociedade que está acompanhando. Iniciou-se os relatos com a Câmara
90 Técnica de Economia e Inovação sobre a análise dos documentos encaminhados pela Renova em
91 atendimento à Deliberação n.º 20. O representante da Câmara Técnica colocou que, em vista da
92 oportunidade de aprimoramento do Acordo, para a CT de Economia e Inovação está vinculado a prazos de
93 início dos Programas. Por exemplo, o Programa de Inovação, de pesquisa de tecnologia não cita prazo
94 algum, ficando a critério da Fundação apresentar o cronograma para avaliação da Câmara Técnica, mas não
95 existe uma determinação a priori sobre prazos. Na Deliberação n.º 20 foram pedidos planejamento,
96 orçamento, indicadores, metas, estudos, pesquisas e metodologias que fundamentaram cada Programa. Em
97 relação ao Programa de Pesquisa, a Renova não havia estabelecido nada, sendo que na 7ª Reunião do CIF
98 ficou acordado que a CT iria se articular com a FAPEMIG e a FAPES para se desenhar o Programa de
99 Pesquisa e para o desenvolvimento de tecnologias voltadas a remediação dos impactos. A CT entende ser
100 importante a articulação com a FAPES, inclusive no âmbito da Câmara Técnica, que ainda não ocupou as 20
101 vagas, e o Governo do Espírito Santo tem apenas um representante, havendo espaço para outra indicação
102 que, se entender pertinente poderá ser a FAPES. Na sequência informa que nos documentos recebidos está
103 previsto orçamento de 7,6 milhões de reais, mas não há detalhamento e cronograma de desembolso, apenas a
104 previsão de forma genérica. Em relação ao Programa de retomada das atividades agrícolas e pesqueiras foi
105 apresentado cronograma, e em 2016 pretende-se fazer workshop para discutir o termo de referência de
106 contratação de uma consultoria; para o segundo semestre de 2017, haveria a contratação dos consultores e o
107 trabalho, sendo previsto o início de programas piloto no segundo semestre de 2017. A proposição foi
108 intensamente discutida já que a efetivação dos programas se dará apenas no segundo ano da tragédia,
109 entendendo-se serem prazos muito longos. A Fundação informa que pretende realizar estudos, diagnósticos
110 através do engajamento da população, visitas técnicas, além de articulação com entes públicos do Governo
111 Federal, do Estado do Espírito Santo e do Estado de Minas Gerais para levantar experiências já
112 implementadas anteriormente. O Programa teria o custo de 10,2 milhões de reais, mas sem maiores detalhes

Aurey

maria

113 e cronograma de desembolso. O Programa de retomada das atividades agropecuárias foi mais desenvolvido
114 com uma quantidade de ações mais consistentes; foi dividido em 5 projetos: diversificação de fonte de
115 rendas, reconstrução de benfeitorias, recuperação do solo, recomposição da alimentação animal e capacitação
116 técnica e suporte. A Fundação apresentou algumas ações emergenciais já executadas, como fornecimento de
117 alimentos e água, plantação, cultivo e alguns restabelecimentos de acessos, mas demonstra também que das
118 245 propriedades afetadas, até o momento, apenas 39% das propriedades foram atendidas. Segundo a
119 Renova, o Programa emergencial iniciou logo após o acidente, em 2015. A meta para as ações emergenciais é
120 a reposição de toda alimentação animal, recuperação das áreas impactadas, a Fundação faz referência a 2085
121 hectares impactados. O Programa, desenvolvido por consultoria, ainda carece de consistência, necessitando
122 avançar nos diagnósticos para concepção dos programas. No documento, a previsão de custo é de 125
123 milhões de reais, e o realizado é de 6 milhões de reais. O Programa de diversificação regional foi abordado
124 apenas sobre a visão da Fundação para diminuição da dependência econômica de Mariana, sendo que outras
125 cidades e regiões não foram mencionadas. No entendimento da Fundação, a cidade de Mariana, pela
126 dependência da mineração, é o foco do Programa, mas a CT discutiu e entende que existem outras cidades e
127 regiões afetadas. Portanto, o entendimento de afetada e de dependência deve ser melhor discutido. Informa
128 que Mariana é o centro da questão, mas é preciso discutir o que ocorreu com outras regiões. A previsão de
129 implantação do Programa é outubro de 2017, o que no entender da CT está muito longe, com um valor
130 expressivo de 42 milhões de reais, sem maiores detalhamentos. A recuperação dos micro e pequenos
131 negócios indica algumas ações em curso, inclusive de caráter emergencial, como pagamento de boletos e
132 contas dos comerciantes, aquisição de equipamentos visando o retorno das atividades, reposição de estoque,
133 algum tipo de reconstrução de estabelecimento, ajuda financeira, mas também sem detalhamento. Na
134 documentação é informado o custo de 26 milhões de reais e um realizado de 800 mil reais, mas na
135 apresentação consta execução de 2 milhões de reais. Sem cronograma e execução com prazo muito
136 estendido, até 2020. Prevê a contratação de mão de obra local em especial nas ações emergenciais e de
137 reparação no valor de 2,3 milhões de reais, a CT recomenda contratações locais para outros programas,
138 ressaltando que apesar da crítica do prazo dos programas deve-se pensar que estes devem ser de longo prazo.
139 No Programa de ressarcimento de gastos públicos discutiu-se no âmbito da Câmara Técnica que a cláusula
140 deixou por último o ressarcimento dos estados e municípios. Para os municípios a Fundação está prevendo o
141 desembolso para janeiro de 2018 mas sem cronograma, modelo ou procedimento, nem se discutiu como isto
142 seria feito, que tipo de documentação a ser apresentada, além do prazo para início. Entende-se ser necessária
143 discussão no âmbito da CT de Economia e Inovação e com outras Câmaras Técnicas. A CT entende que os
144 Programas apresentados pela Fundação não atendem, há um descontentamento com os prazos por entendê-
145 los muito longos. Solicitou-se ao jurídico um levantamento dos prazos estabelecidos no TTAC já que não
146 foram suficientemente detalhados, para por analogia se elaborar uma Nota Jurídica no sentido de se pactuar
147 prazos com a Fundação e validar em reunião do CIF. Existe urgência para o estabelecimento de metas e
148 indicadores dos programas. É importante ainda estabelecer etapas para cada Projeto já que no TTAC consta
149 que os programas deverão ser desenvolvidos ao longo de 24, 36 meses, mas não ao final deste período. Os
150 Programas devem ter como foco trabalho, programa de renda, e inclusive aproveitar a mão de obra local. A
151 Presidente do CIF coloca ser impossível discutir todos os temas na reunião do CIF, mas a CT propõe uma
152 forma de trabalho, com diretrizes como os programas devem ser executados. Devendo ser realizado trabalho
153 intra e inter Câmaras Técnicas. A Presidente do CIF informa ser necessária a elaboração de várias Notas
154 Técnicas por Programa. O representante da CBH-Doce coloca a importância de se priorizar alguns temas
155 como pescadores e agricultores, que devem constar no campo de ações emergenciais. A Presidente do CIF
156 questiona se a CT pode priorizar algumas ações, ao que o membro da Câmara Técnica de Economia e
157 Inovação responde que é possível a priorização. O representante da CBH-Doce ressalta que quanto antes se
158 agir na foz do rio Doce, o CIF estará dando uma resposta à sociedade. A representante do Espírito Santo
159 propõe a elaboração de matriz aprovada pelo CIF com a previsão do ressarcimento dos entes, sob o temor de
160 que alguns entes possam ser prejudicados, ressaltando que se trata do ressarcimento dos Órgãos Públicos das
161 despesas extraordinárias. O membro da CT de Economia e Inovação informa que o montante de 27 milhões
162 de reais para o ressarcimento em questão já consta de uma tabela anexa ao TTAC determinado como será a
163 distribuição entre os entes. O montante seria dividido entre a União, Estados e Municípios ao final do Termo.
164 A discussão deve-se ao fato dos Municípios não poderem aguardar tanto tempo. O Procurador Chefe do
165 IBAMA ao esclarecer o ressarcimento, informa que os Municípios não são comprometentes e que o limite de
166 27 milhões de reais refere-se ao ressarcimento das partes no TTAC. Como o ressarcimento está para o final
167 do TTAC a ideia da matriz seria para o CIF se organizar e no fim do Termo não ter problemas quanto à
168 distribuição do recurso. A Presidente do CIF propõe que a Câmara Técnica proponha critérios a serem
169 deliberados pelo CIF quanto ao ressarcimento. A Prefeita de Governador Valadares reforça o longo prazo dos

170 Programas, informa sobre marcha de Regência a Mariana que entre outros questiona a demora na
171 implementação das ações. Esclarece que interpôs ação na justiça até finalizar seu mandato, visto a Lei de
172 Responsabilidade Fiscal, os investimentos e a diminuição na arrecadação. Entende que não é justo que o
173 ressarcimento ocorra apenas no próximo mandato já que as dificuldades estão sendo sentidas pelas atuais
174 gestões, desde o acidente em 05 de novembro de 2015 até os dias atuais. Ressalta as dificuldades com o
175 aumento da turbidez que significa um aumento dos custos das Prefeituras. A Presidente do CIF esclarece a
176 diferença entre as duas formas de ressarcimento, uma que se refere ao limite de 27 milhões de reais a ser
177 dividido entre os compromitentes do TTAC; a outra se refere à previsão de ressarcimento aos municípios dos
178 gastos extraordinários decorrentes do evento, além disto tem a diminuição das receitas. Propõe que a CT de
179 Economia e Inovação apresente a matriz e que os Órgãos compromitentes encaminhem tabela com os gastos.
180 Este é um ponto que pode ser discutido com a juíza da 12ª Vara, sendo cláusula que possa ser revista. O
181 representante do Governo de Minas Gerais questiona se a CT consegue trazer proposição a ser discutida com
182 a Fundação quanto ao ressarcimento dos Municípios. Ao que o membro da CT informa que esta cláusula não
183 está no âmbito da Câmara Técnica de Economia e Inovação. A Presidente do CIF informa que o CIF não tem
184 a atribuição de impor alteração e sim que a negociação será da Fundação com cada Município. Foi efetuada a
185 leitura das cláusulas do TTAC gerando discussão. O representante do Governo de Minas Gerais coloca as
186 dificuldades no Estado para as vistorias, propõe que a CT proponha melhoria no Programa, por meio de uma
187 matriz, para posteriormente discutir com a juíza da 12ª Vara inclusive com o pleito dos municípios. Como
188 sugestão para melhoria da matriz seria a proposta de antecipação dos 27 milhões de reais já que não faz
189 sentido ficar para o final; a segunda sugestão refere-se ao fato dos gastos serem anuais, assim o
190 ressarcimento deverá ser ao final de cada ano financeiro. Que a partir de critérios previamente definidos se
191 possa ser ressarcido anualmente dos gastos. O representante da Prefeitura de Mariana coloca as dificuldades
192 de negociação com a Samarco e agora com a Fundação para obter os recursos, situação que dificulta o
193 enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal, visto os gastos realizados. A Presidente do CIF reitera que
194 o Comitê Interfederativo não tem poder em relação à Fundação quanto ao pagamento aos municípios, sendo
195 que a negociação deve ocorrer diretamente. O CIF apenas pode cobrar que o ressarcimento ocorra o mais
196 rápido possível, não podendo se interferir no quanto e no quando será indenizado. O TTAC pactua o
197 desenvolvimento dos 41 Programas, cabendo a cada município discutir com a Fundação o quanto perdeu,
198 constando na cláusula, de que deverá ser pactuado o ressarcimento dos gastos extraordinários, não podendo a
199 CT entrar no detalhamento do ressarcimento de cada Município. O que pode ocorrer é uma cobrança geral do
200 CIF. Nas indenizações individuais serão estabelecidas diretrizes, mas que não impedem que as pessoas
201 recorram judicialmente. O sr. Fábio informa que uma das demandas da Fundação Renova é participar das
202 Câmaras Técnicas, e não estão sendo convidados. No seu entendimento, se os representantes da Fundação
203 participarem das CTs ficará mais fácil pactuar estas demandas. Informa que a Fundação tem de prestar contas
204 sendo que os conselheiros respondem se houver gastos não previstos, devendo justificar todos os gastos e
205 investimentos. Assim, é importante a pactuação para previsão de orçamento. A Presidente do CIF coloca que
206 o trabalho que deve ser apresentado pela CT de Economia e Inovação, ao que o representante do Governo de
207 Minas Gerais questiona o que poderá ser considerado para ressarcimento, se poderão ser considerados custos
208 com diárias, combustíveis. Ao que o membro da CT coloca a dificuldade de saber os gastos dos
209 compromitentes, devendo a CT trabalhar em conjunto com as demais Câmaras Técnicas. A Prefeitura de
210 Governador Valadares coloca que não se trata apenas do exercício de 2016, já que ocorreram gastos em
211 novembro e dezembro de 2015. Ressalta as dificuldades para fechamento do exercício nos Municípios, assim
212 vem recomendando aos demais Prefeitos para se respaldarem com ações na Justiça. O representante do
213 Governo de Minas Gerais coloca que se tratam de duas coisas, a primeira é o que pode ser melhorado e o
214 segundo é fazer cumprir o que consta no TTAC, entendendo que pode ser cobrado o cumprimento da
215 cláusula 142. O representante do CBH-Doce coloca a importância do CIF modular os gastos que poderão ser
216 ressarcidos pela Fundação. O Procurador-Chefe do IBAMA coloca que não existe previsão de elaboração de
217 matriz, apenas da apresentação de nota de empenho pela autoridade competente do Município para com a
218 Fundação, cláusula 141. Ao que a Presidente do CIF, corroborado pelo Procurador-Chefe do IBAMA,
219 esclarece que o CIF não tem ingerência, podendo o Comitê Interfederativo fazer recomendação. O
220 representante do CBH-Doce coloca que a alteração da cláusula 141 pode entrar na negociação com a juíza da
221 12ª Vara, ao que a Presidente coloca que não será fácil, não estando garantido. A Presidente do CIF ressalta
222 que os membros devem entender que o CIF não pode impor critérios, e as vezes a imposição destes critérios
223 não seja vantajoso para os Municípios. Ressalta que hoje o CIF pode apenas fazer recomendações, cobrar
224 informações, mais nada além disto. Como encaminhamento ficou acordado que a CT de Economia e
225 Inovação deverá apresentar matriz estabelecendo critérios, sem ferir o que está no TTAC, mas tentando
226 avançar um pouco, sabendo que o recurso não vem em curto prazo e que se a Fundação quiser pode fazer um

227 escalonamento do desembolso e propor melhorias no Acordo numa eventual alteração junto a 12ª Vara. O
228 representante do Governo do Espírito Santo coloca que a discussão ficou restrita ao tema do ressarcimento
229 mas entende que os demais programas são importantes e também devem ser trabalhados. Ao que o membro
230 da Câmara Técnica responde que será verificada a possibilidade de caracterizar os pescadores e agricultores
231 nos programas emergenciais, como proposto pelo representante do CBH-Doce. Ressalta ainda, que a questão
232 do ressarcimento deve ser melhor discutida. Com a confirmação da representante da Casa Civil a 9ª Reunião
233 Ordinária do CIF fica para os dias 12 e 13 de dezembro de 2016 no Palácio do Planalto. A representante da
234 CT de Organização Social e Auxílio Emergencial inicia a apresentação ressaltando os programas
235 acompanhados pela Câmara Técnica: de Cadastro, de Auxílio Emergencial, Indenização Mediada. Sobre o
236 Programa de Indenização Mediada, informa que a indenização de danos morais por desabastecimento de
237 água já teve início em Governador Valadares e Colatina; devendo ser discutida agora a indenização por danos
238 gerais. Em todos os cadastros tem sido levantado ponto a ponto para se identificar os danos que cada pessoa
239 sofreu e o quanto será indenizado, assim os dados serão levados até a Fundação que irá negociar para cada
240 caso os valores. Os membros da CT discutiram, em duas reuniões extraordinárias, o protocolo de
241 elegibilidade e a matriz de documentos comprobatórios para as indenizações. O trabalho teve o apoio da
242 Defensoria Pública da União e dos Estados, conseguindo-se, no geral, chegar a um consenso com a
243 Fundação. É justamente nos pontos que não se conseguiu consenso que foram discutidos no Comitê. No
244 geral, a Fundação acatou o trabalho da Câmara Técnica, mas alguns pontos não foram aprovados pelo
245 jurídico, e que no entender da CT são importantes. A CT propõe que sejam incluídos os seguintes pontos no
246 protocolo de elegibilidade: inclusão de associações e cooperativas com atividade produtiva no item referente
247 a empresários individuais e pequenas e microempresas; exclusão da restrição do pagamento de juros e multas
248 apenas a contratos referentes a saúde e educação; inclusão de indivíduos posteriormente ao cadastramento,
249 não podendo se considerar o cadastro exaustivo, e outras pessoas e outros grupos identificados
250 posteriormente possam ser incluídos no protocolo de elegibilidade; inclusão de meeiros entre os grupos que
251 serão indenizados. A representante do Governo do Espírito Santo propõe que deve se decidir claramente o
252 que se quer alterar nos Programas. O Procurador-Chefe do IBAMA ressalta a importância de se levar ao
253 conhecimento da Fundação sobre a conclusão da CT, permitir que eles se adequem, no caso de não haver
254 adequação, trazer para o CIF para deliberação. A Presidente do CIF coloca que a sugestão da representante
255 do Governo de Minas Gerais de padronizar o quanto incisivo será no caso a caso, independente do verbo
256 determinar ou recomendar. A representante da CTOS retomou a discussão sobre o pagamento do Auxílio
257 Financeiro Emergencial, incluída na Deliberação nº 9, na qual ficou definido que deveriam ser incluídos os
258 limpadores de peixes e outros impactados que comprovem ser trabalho de apoio à pesca artesanal, conforme
259 o Decreto nº 8425/2015, no Cadastro e nos programas de indenização e pagamento emergencial. Segundo a
260 representante, a Fundação informara que a Deliberação foi impugnada por meio de documento enviado em
261 agosto, o qual postulava que trabalhador de apoio a pesca é impactado indiretamente. No entendimento da
262 CT, o posicionamento da Fundação é equivocado visto o trabalhador também ter perdido renda. Assim, a
263 Câmara Técnica propõe como deliberação que a Fundação Renova promova a inclusão dos trabalhadores
264 impactados nos termos do artigo 2º do Decreto nº 8425/2015 que tenham tido prejuízos em suas atividades
265 produtivas ou perda de fonte de renda de trabalho. A Prefeita de Governador Valadares informa que não
266 conseguiu articular com as outras Prefeituras mas ressalta que estão sendo feitos uma série de
267 questionamentos quanto as cláusulas do acordo da Fundação. O representante do ICMBio questiona qual a
268 área marinha está sendo considerada como atingida, existindo pescadores ao norte da foz com demandas as
269 quais não estão sendo atendidas, esclarece que a área marinha atingida vai de Caravelas ao sul do Espírito
270 Santo, atingida pela pluma do acidente. Informa que esta seria uma demanda para eventual alteração do
271 Termo com ajuste da área atingida em face da constatação fática do que está acontecendo. Em continuidade a
272 representante da CT Organização Social e Auxílio Emergencial informa que quanto ao auxílio emergencial o
273 cadastro se iniciou logo após o acidente, no dia 06 de novembro de 2015. Até julho de 2016 tem-se cerca de
274 8513 pessoas cadastradas, destas, cerca de 2981 foram consideradas inelegíveis pela Samarco para
275 recebimento do auxílio emergencial. Trata-se de um cartão entregue a pessoa com um salário mínimo mais
276 20% por dependente mais valor de uma cesta básica mais ou menos R\$1200,00 por família. A CT requereu a
277 lista à empresa para entender o motivo da inelegibilidade das pessoas. A empresa neste momento está
278 fazendo o cadastramento mais detalhado das pessoas. Como critério para elegibilidade ao auxílio
279 emergencial ficou definido que a pessoa deve ter comprometimento de sua renda, contando no TTAC os
280 critérios. O sr. Fábio Feldman coloca a importância de se tentar articular com a Fundação para se evitar
281 desgastes, ressaltando que a Renova está se consolidando. A CT entende que os motivos apresentados pela
282 Samarco para a inelegibilidade das pessoas não é suficiente para cancelar a lista apresentada pela empresa.
283 Ainda que todos os cadastros serão revistos por meio do Cadastro Integrado, mais complexo, que analisará

284 em detalhes os danos sofridos decorrentes do desastre, este está previsto para finalizar apenas em março de
285 2017. Torna-se, urgente, portanto, que os casos dos considerados inelegíveis sejam reanalisados, visto que
286 trata-se de um auxílio de caráter emergencial e que há relatos de pessoas que estão desassistidas em
287 decorrência do acidente. A sugestão é pela deliberação para pagamento das pessoas cujos motivos para
288 inelegibilidade não foram aceitos pela CTOS. A Presidente do CIF questiona ao Procurador-Chefe do
289 IBAMA se o descumprimento declarado já enseja multa, ao que é informada da necessidade de notificação
290 para cumprimento no prazo de 30 dias. A representante do Governo do Espírito Santo manifesta sua
291 preocupação quanto à existência de fraudes e quanto à determinação pelo CIF do pagamento das 2.981
292 pessoas consideradas inelegíveis. Ressalta que o Comitê deve agir com cautela visto a abertura que se está
293 tendo com o cadastramento. O sr. Fábio Feldman sugere que haja conversa com o presidente da Fundação,
294 estabelecendo prazo para adequação, e caso não se adeque, sejam tomadas as medidas necessárias. A
295 Presidente do CIF sugere que seja declarado o descumprimento da obrigação, mas sem determinação de
296 pagamento das 2.981 pessoas inelegíveis para as quais deve ser realizado cadastramento mais consistente. A
297 partir de proposta do sr. Fábio Feldman, a Presidente propõe que seja estabelecido prazo de 10 dias para
298 cumprimento da obrigação, sendo que no caso de descumprimento seria tomada uma medida mais dura. A
299 representante do Governo do Espírito Santo recomenda que o trabalho de validação tem de ser feito com o
300 envolvimento dos Municípios. Ao que a Prefeita de Governador Valadares informa que os Municípios vêm
301 acompanhando o cadastramento. A partir do momento que a pessoa faz acordo com a empresa ela assina um
302 termo de quitação de danos gerais ao que a Defensoria questiona. A Presidente do CIF ressalta ser saudável
303 abrir espaço para manifestação da Fundação na reunião, sendo que a CT poderá requerer tempo para análise
304 e deliberação dos requerimentos. O Procurador-Chefe do IBAMA coloca que deve-se entender o papel do
305 CIF não podendo ser deliberado o valor e a quitação das indenizações. Ressalta que o CIF apenas delibera e
306 os Órgãos de assessoramento, as Câmaras Técnicas, devem analisar e trazer manifestação para embasar o
307 Comitê. A representante do Governo do Espírito Santo informa que a questão é jurídica e não para ser tratada
308 no âmbito da CT, e não compete qualquer interferência do CIF nas negociações quanto a valores e quitação.
309 O Procurador-Chefe do IBAMA esclarece que a assessoria se refere ao apoio ao CIF sob responsabilidade do
310 IBAMA, não cabendo o assessoramento jurídico às questões dos Estados e Municípios, nem acompanhar as
311 discussões das Câmaras Técnicas. Ressalta a importância do envolvimento dos jurídicos dos demais Órgãos
312 para interpretação das questões. Em seguida foi passada a palavra ao representante da CT de Conservação e
313 Biodiversidade que relatou os programas acompanhados pela Câmara. Em atendimento à cláusula de
314 avaliação do estado de conservação das espécies já foram elaborados e encaminhados à Fundação os três
315 termos de referência: estudos populacionais da ictiofauna de água doce e dos tributários, avaliação do estado
316 de conservação destas espécies e elaboração de um plano de ação para conservação e recuperação da fauna
317 aquática. Para a cláusula, a Fundação pediu prorrogação do prazo para entrega dos estudos, sendo
318 entendimento da Fundação e dos Órgãos integrantes da CT que as respostas no âmbito da Cláusula 165 que
319 trata do monitoramento da biodiversidade ao longo de toda calha, seus afluentes, e nas áreas estuarinos e
320 marinha atingidas. O Termo de Referência sugere que o monitoramento seja feito pelas universidades,
321 ressaltando que está sendo criada a Rede Rio Doce que será apresentada amanhã aos representantes da
322 Fundação Renova, antes do início da reunião. Ressaltando que a Fundação já sinalizou ser favorável que os
323 estudos sejam desenvolvidos por universidades e não empresas de consultoria. Houve apoio da Fundação
324 com a disponibilização de embarcação para ações de monitoramento. Quantos aos impactos nas unidades de
325 conservação afetadas, pelo fato do acordo ter sido assinado com levantamento de janeiro e fevereiro de 2016
326 apenas três UCs foram assinaladas como afetadas: o Parque Estadual do Rio Doce, a Reserva Biológica de
327 Comboios e o Refúgio da Vida Silvestre de Santa Cruz. Com o passar do tempo e com base em outras
328 informações verificou-se que outras unidades de conservação foram impactadas, assim, foi elaborada Nota
329 Técnica indicando quais outras UCs foram potencialmente afetadas, que receberão avaliação se foram ou não
330 afetadas, qual a magnitude e a ação necessária para mitigar ou compensar o dano causado. A CT propõe
331 como deliberação a inclusão das demais unidades de conservação identificadas como afetadas além daquelas
332 constantes no Acordo. O TTAC trouxe a proposta de consolidação das duas UCs; o RVS de Santa Cruz que
333 já teve o plano de trabalho elaborado e aprovado na CT de Conservação e Biodiversidade, tendo sido
334 encaminhado à Fundação Renova, aguarda deliberação do CIF para implementação. E a implementação de
335 UC na foz do Rio Doce a ser criada, trata-se de um processo anterior ao desastre, data de 2000, estando no
336 Acordo que a Fundação deve apoiar a elaboração do plano de manejo e a criação da UC. Foi elaborado plano
337 de trabalho que já vem sendo implementado, tendo sido feita reunião com a Fundação para deixá-la a par da
338 situação, e outra com as comunidades da região atingida; a próxima reunião será com os Órgãos Públicos de
339 forma a se preparar terreno até janeiro de 2017, prazo estabelecido para finalização da ação. A representante
340 do IBAMA questiona se foram discutidos/estabelecidos prazos ao que o representante informa que não

341 houve descumprimento de prazo pela Fundação, tendo sido entregue os termos de referência até junho de
342 2016. Sobre a reunião de amanhã entre a Fundação e a FAPEMIG e FAPES, o representante da CT ressalta
343 que já houve reunião da CT com as entidades, tendo sido aprovado o Termo de Referência. A Presidente do
344 CIF coloca que está sentindo falta de alguns passos no âmbito da CT, como a elaboração de Nota Técnica a
345 ser analisada pelo CIF antes de serem implementadas as medidas. O representante da Câmara Técnica
346 explica que já houve deliberação pelo CIF quanto ao Termo de Referência. A Presidente do CIF ressalta que
347 toda comunicação formal com a Fundação deve sempre ocorrer via CIF, a informal deve ocorrer o tempo
348 todo entre as CTs e a Fundação. O representante da CT esclarece que o monitoramento não pode esperar as
349 indefinições burocráticas ao que a Presidente concorda. A representante do Governo de Minas Gerais
350 manifesta que achou interessante a Rede Rio Doce envolvendo as universidades mas não se lembra de ter
351 sido deliberada a aprovação do Termo de Referência, desta forma a gerenciar a execução das Ações. Ao que
352 o representante da CT informa que a sugestão da Fundação é a contratação de uma empresa para gerenciar
353 esta parte, entrega de relatórios pelas universidades. A partir disto haverá a elaboração de uma Nota Técnica
354 a ser deliberada pelo Comitê Interfederativo. A representante do Governo de Minas Gerais ressalta a
355 importância do monitoramento da biodiversidade aquática, sendo que os técnicos da Secretaria de Estado do
356 Meio Ambiente começaram a observar o retorno da vida ao rio, daí a importância de se recuperar as margens,
357 a calha do rio, de forma a concatenar as ações em diversos níveis. O representante do Governo do Espírito
358 Santo ressalta a importância do trabalho da CT de Conservação e Biodiversidade, sendo que o resultado do
359 trabalho poderá indicar o impacto na pesca, nos pescadores, nas atividades socioeconômicas e outras
360 questões. Requer que seja feita análise sucinta do que já houve de monitoramento. Além disto, ressalta que a
361 questão da água doce está descoberta. Conclui que pelo fato do assunto ser muito amplo, é preciso focar em
362 alguns pontos mais importantes, se a contaminação é decorrente do desastre ou não. Houve determinação
363 judicial que obrigou a Samarco a fazer coletas durante seis meses para as quais não se sabe o que se fará.
364 Com isto, os Órgãos envolvidos vêm fazendo coletas as quais contam com apoio da Fundação Renova. A
365 primeira deliberação proposta pela Câmara Técnica refere-se às unidades de conservação previstas no
366 Acordo, com dados de janeiro e o levantamento dos Órgãos sobre UCs potencialmente afetadas, propõe o
367 estudo se outras unidades foram impactadas e o quanto foram impactadas. Em sendo impactadas devem
368 migrar para a cláusula que prevê a compensação/mitigação. Além das UCs identificadas no Acordo, PE do
369 Rio Doce, RB de Comboios e RVS de Santa Cruz, foram incluídas a FN de Goytacazes, APA Costa das
370 Algas, RESEX de Cassurubá, PN de Abrolhos, APA de Conceição da Barra, PE de Itaúnas, APA de Praia
371 Mole, PE Paulo César Vinha, RDS Concha das Ostras, RDS Piraque-açu e outras municipais, inclusive as
372 RPPNs. A segunda deliberação refere-se à consolidação das UCs com o CIF deliberando pela implementação
373 do plano de trabalho nas UCs marinhas. Ao ser questionado informa que se trata de um termo de referência
374 técnico não sendo apresentado custos, apenas os equipamentos necessários. O representante informa que
375 existe uma lista grande de unidades de conservação impactadas, e não há uma noção clara do impacto em
376 cada UC. A representante do IBAMA ressalta que se trata de trabalho da CT ao qual o CIF deve se basear, e
377 até onde vai o apoio às UCs visto o valor a ser gasto. Ao que o membro da CT coloca que as
378 alterações/transformações continuam ocorrendo, não se tendo noção do real impacto da tragédia. A
379 Presidente do CIF questiona se os demais membros se sentem confortáveis a aprovarem a deliberação,
380 colocando que gostaria de analisar o plano de trabalho. A representante do Governo do Espírito Santo
381 pergunta se há levantamento de valores para implementação do plano de trabalho, ressaltando que sentiu
382 falta esta informação. A Presidente do CIF coloca como proposição que a CT elabore uma Nota Técnica com
383 síntese do plano de trabalho e custo estimado de implementação das ações, além da análise dos membros.
384 Sobre a inclusão de outras UCs, ficou acordado que deverá ser proposto à juíza da 12ª Vara a proposta de
385 alteração da cláusula do TTAC, devendo no dia seguinte ser apresentada a proposição a Fundação. O
386 representante do Governo do Espírito Santo informa sobre o Parágrafo 1º da cláusula 203, ao que propõe que
387 seja requerido à Fundação estudo sobre os impactos inclusive com previsão de custos. Ao que o
388 representante do Governo de Minas Gerais coloca que o valor para o Programa não será alterado, só se
389 houver alocação de recurso de outra ação. Houve um relato da representante da Vigilância da Secretaria de
390 Saúde do Governo do Espírito Santo, ressaltando a importância de se instituir a CT de Saúde, Educação,
391 Cultura, Lazer e Informação. A Presidente do CIF requer que o Procurador-Chefe do IBAMA se manifeste
392 sobre o pagamento de despesas, entendendo que deverão ser tratados caso a caso no âmbito das despesas
393 extraordinárias. O representante do Governo de Minas Gerais coloca que foi uma forma gentil de se cobrar a
394 implementação da CT de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação. O representante do ICMBio coloca
395 a possibilidade de se propor a Fundação realizar o transporte do material coletado pela vigilância sanitária
396 para análise nos laboratórios credenciados. Ao que a Presidente coloca o risco de a Fundação começar a
397 pagar os custos, mas abater do valor total previsto no TTAC. A CT de Segurança Hídrica e Qualidade da

398 Água apresenta as proposições de deliberação para o CIF. A proposição seria a aprovação do Plano de Ações
399 para o Período Chuvoso 2016-2017 – versão 03, com a ressalva de adequações. O membro da CT esclarece
400 que a proposta é a aprovação do Plano visto inclusive o início do período de chuvas, portanto seria aprovado
401 não condicionado às ressalvas. A ideia seria a Fundação implementar o Plano mas ao mesmo tempo
402 responder aos questionamentos. A representante do Estado do Espírito Santo ressalta a dificuldade de
403 entendimento da Fundação junto às demandas das CTs sendo necessário um agendamento de reunião com os
404 representantes da Fundação. Propõe que se continue a discussão quanto ao Plano de Ações mas que haja
405 aprovação do Plano com as ressalvas. O Procurador-Chefe do IBAMA solicita que conste a inclusão das
406 ressalvas e que a Fundação apresente as justificativas que poderão inclusive ser acatadas pela Câmara
407 Técnica e voltar para um ajuste da deliberação pelo CIF. A representante do Governo do Estado do Espírito
408 Santo concorda que deve ter implementação imediata do Plano e se quiser a Fundação poderá requerer
409 reconsiderações. A Presidente do CIF esclarece que o que se está aprovando é o Plano de Ações para os anos
410 de 2016/2017 mas são necessárias uma série de outras ações. A Prefeita de Governador Valadares corrobora a
411 posição do Governo do Espírito Santo, ressaltando que na elaboração da versão 3 junto com a CT e com a
412 Fundação. Ao que a Presidente manifesta o entendimento de que o plano deve ser implementado. A Prefeita
413 de Governador Valadares ressalta que a questão do lodo é um problema que a Fundação tem de resolver e
414 não os municípios. Ressalta que se tem de fazer um plano mais ousado do que aquele apresentado pela
415 Fundação, pede assim apoio do CIF neste sentido. A Presidente reitera a intenção da CT de que alguma coisa
416 deve começar a ser implementada. Ao que o representante do Governo de Minas Gerais corrobora o
417 encaminhamento proposto pelo Governo de Minas Gerais e informa que a questão dos rejeitos está sendo
418 tratada na CT de Rejeitos e Segurança Ambiental. A representante do Governo do Estado do Espírito Santo
419 reitera a proposição de se aprovar o plano no que se refere ao abastecimento humano, a aos itens 2.0, 3.0 e
420 4.1 da versão 03, com a observação de adequação de itens. O representante de Minas Gerais ressalta que
421 ficaria para a CT em conjunto com a Prefeita de Governador Valadares adequar o Plano. A Presidente alerta
422 que a CT de Resíduos e a CT de Restauração Florestal devem analisar o mais rápido possível os itens do
423 Plano. O representante do Governo de Espírito Santo propõe que a pauta do CIF dê prioridade ao plano de
424 emergência, saindo com as deliberações do que deve ser feito. Todas as CTs devem se debruçar sobre a parte
425 que lhes compete para propor deliberações nas próximas reuniões. O encaminhamento será a aprovação da
426 parte relativa ao abastecimento humano com as ressalvas da Câmara Técnica e devendo ser apresentadas as
427 proposições das demais CTs na próxima reunião do CIF. Após a fala da Prefeita de Governador Valadares, a
428 Presidente do CIF questiona os membros da CT sobre a possibilidade de inserir ente as ressalvas a proposta
429 da Prefeitura de Governador Valadares. Ao que o membro da CT responde que seria inviável atender a
430 Prefeitura de Governador Valadares sendo que se compromete a fazer isto até a próxima reunião do CIF, em
431 dezembro. É esclarecido que as demandas dos Municípios devem ser tratadas no âmbito das Câmaras
432 Técnicas. O membro da Câmara Técnica de Rejeitos e Segurança Ambiental fala sobre a instalação de diques
433 galgáveis e filtrantes no rio Gualaxo do Norte cuja discussão técnica começou em agosto/2016 sendo
434 apresentado pela empresa como uma obra emergencial para conter o material depositado no leito do rio
435 Gualaxo e o carreamento de resíduos até Candonga. Trata-se de proposta de instalação de três diques
436 sequenciais no rio Gualaxo do Norte com tratamento químico da água do rio na bacia dos três diques por
437 meio da floculação e coagulação e sedimentação por meio de três tipos de tecnologias, *flot flux*, coagulação
438 convencional e outra por nano biotecnologia. Na proposição era prevista ainda a reavivação do processo de
439 dragagem. Os diques seriam construídos em quatro meses e operariam por três anos sendo descomissionados
440 gradualmente. O primeiro dique, o GD1 seria na área da Samarco, a montante da PCH Bicas com altura de
441 8,5 metros; o segundo, chamado GD2 ficaria a 5km a jusante da PCH Bicas, a montante do ponto do
442 Municípios de Águas Claras, com uma altura de 9 metros; já o GD3, terceiro dique, ficaria 50 km a jusante
443 do GD2 e a 6km a montante do município de Barra Longa, sendo o maior dique com maior altura visto a
444 bacia ser mais estreita. Seriam construídos com a finalidade de diminuir o fluxo dos sedimentos, criando
445 local para aplicação de produtos floculantes e coagulantes possibilitando a sedimentação e dragagem
446 mecânica. Na análise técnica, verificou-se que os diques teriam uma baixa eficiência em razão da
447 granulometria dos sedimentos, assim pela característica e volume dos diques seriam ineficientes para
448 promover a sedimentação. Na reunião de agosto de 2016, teve-se o entendimento de que a construção dos
449 três diques não poderia ser consideradas obras emergenciais, assim até poderiam ser construídos desde que
450 passassem pelo processo de licenciamento. Tendo a decisão sido comunicada à empresa. Contudo o
451 superintendente do IBAMA/MG comunicou que possivelmente a construção do dique GD3 poderia resolver
452 a questão da turbidez da água, assim pediu um estudo mais aprofundado para análise da CT. Em setembro de
453 2016, os especialistas contratados pela empresa reafirmaram a importância da construção de forma
454 emergencial dos diques que só funcionariam de forma integrada, para tanto, apresentaram algumas

455 argumentações. Ao final da reunião, os membros da CT ficaram com várias dúvidas, visto as argumentações
456 serem apenas conceituais, ficando deliberado que deveriam ser apresentados cenários com a instalação dos
457 três diques individuais ou em conjunto. Em outubro de 2016, foi apresentada a modelagem hidrodinâmica e
458 hidro-sedimentológica com aplicação de um modelo muito usado na modelagem de bacias sedimentológicas
459 mas para sedimentos naturais que não é o caso dos diques em questão. A partir das tabelas apresentadas pela
460 empresa ficou clara a baixa eficiência dos diques, de 29% a 35%, com volume dos três diques no total de 200
461 mil metros cúbicos sendo a retenção muito baixa pelo volume de sedimentos na área. Além disto, a empresa
462 informou que a construção dos diques não seria mais em quatro meses, mas sete meses, além de outros
463 impactos na instalação destes. Informou que a proposta seria a utilização de 10 produtos químicos não
464 registrados pelo IBAMA, fato que não poderia garantir a análise ecotoxicológica dos efeitos destes produtos
465 na biota da região que já está muita afetada. A conclusão que a CT chegou foi que os cenários para a
466 proposição dos diques são completamente diferentes da realidade encontrada na região impactada na bacia
467 do rio Doce; não foram avaliados impactos na dinâmica do rio e na ictiofauna a longo prazo; a construção
468 dos diques mexe na dinâmica do rio que já está alterada pelo acidente e já se encontra num processo de
469 equilíbrio, sendo que a construção mexeria mais uma vez no fluxo do rio Gualaxo; todos os diques
470 apresentam baixíssima eficiência; existem muitas incertezas quanto ao tratamento químico; o prazo de sete
471 meses supera o período chuvoso atual o que desconfigura o caráter emergencial da obra, não há garantia da
472 melhora da água para o período seco e chuvoso. Diante do exposto, entende-se que não cabe a aprovação da
473 construção dos diques no Gualaxo, devendo a empresa apresentar propostas eficazes e definitivas para
474 cessação dos danos ambientais e para todo o período, seco e chuvoso, já que foi afirmado que a construção
475 dos diques seria eficiente para o período seco. Ao responder a questionamento da Presidente, pelo fato de ser
476 útil apenas no período seco descaracteriza o caráter emergencial. Além disto, os impactos são relevantes e
477 demandariam estudos mais aprofundados. A representante do Governo do Espírito Santo destaca a
478 necessidade de ser feita alguma coisa para contenção dos rejeitos. Ao que a representante da CT informa que
479 vem sendo realizadas outras ações com a intenção de se permitir a dragagem dos sedimentos. A proposição
480 da CT seria no sentido de que o CIF recomenda que a Samarco e a Fundação Renova apresentem à CT de
481 Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental e aos Órgão Ambientais soluções eficazes e definitivas para a
482 cessação dos danos ambientais em todo o ciclo hidrológico para serem adotadas antes do próximo período
483 chuvoso 2017/2018, não sendo admitida a continuidade da poluição gerada em decorrência do desastre
484 ambiental. Na manhã do dia vinte e quatro, às dez horas, Palácio Fonte Grande, Vitória/ES foi dado
485 prosseguimento ao segundo dia de reunião do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. A
486 Presidente do CIF passou a palavra ao representante do IEMA para apresentação que fez uma explanação
487 sobre a situação do rio Doce na porção capixaba, ressaltando que houve incursão na região em especial sob o
488 aspecto biótico. A partir do que foi feita análise e classificação da qualidade dos pontos levantados. A
489 incursão foi do baixo Guandu até Regência. Pôde-se verificar a alteração da região se comparado com o pós-
490 acidente e a expedição realizada recentemente. Ressaltou que com as chuvas teve-se notícias sobre a
491 elevação do nível de turbidez da água. Foi verificada alta deposição de esgoto e alta eutrofização do rio, além
492 disto foram constatadas captações de água mesmo sendo um período proibido. Quanto à atividade pesqueira,
493 continua ocorrendo tanto no rio quanto na foz. Constatou-se área de grande desmatamento na região de
494 Colatina. A fauna doméstica continua usando a água para dessedentação. No levantamento de dados
495 verificou-se que houve grande mortandade de peixes devido ao acúmulo de sedimentos em suas brânquias.
496 Algumas espécies de peixes não são mais encontradas no rio Doce, apesar disto a vida continua dentro do
497 rio. Mas não há levantamento dos impactos do desastre na vida do rio. Aumento de espécies exóticas
498 invasoras, inclusive de cianobactérias. Visualmente em relação a flora não teve alterações, mas as restingas
499 tem sido constantemente impactadas. Conclui-se que são necessárias ações de recuperação das nascentes, da
500 vegetação. Em prosseguimento, o membro da CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água informa que foi
501 feito levantamento junto aos municípios sobre o tratamento de esgoto e resíduos sólidos. A prioridade para
502 aplicação dos recursos seria aqueles municípios que já têm sistema estruturado de coleta e tratamento de
503 esgoto; municípios que já têm projetos em condições de licitar; municípios que pleiteiam recursos para
504 elaboração dos projetos; e, municípios que não se enquadram em nenhuma das outras situações. Segundo
505 informa, nem todos os municípios manifestaram interesse pelo recurso de 2016. Ressalta que a cláusula no
506 TTAC prevê um montante de 500 milhões de reais até 2018, no caso em questão se fala do montante de 50
507 milhões de reais para esse segundo semestre de 2016. Para o próximo ano, serão 200 milhões de reais
508 alocados nos dois semestres, sendo 100 milhões para cada período. Para 2018, serão 125 milhões de reais
509 para o 1º semestre e 125 milhões de reais para o 2º semestre. Esclarece que os critérios apresentados se
510 referem apenas aos 50 milhões previstos para 2016, tendo o CIF deixado claro em sua deliberação que os
511 critérios deverão ser revistos. Para o critério 1 de alocação de recursos para ações já em andamento e que

512 precisariam de recursos para contrapartida ou eventualmente complementação/ajuste de projetos, foram
513 apresentados projetos dos municípios de Sem Peixe, Rio Casca, São José do Goiabal e Colatina, num
514 montante aproximado de 3,499 milhões de reais. Os municípios que foram priorizados no critério 2, que seria
515 o financiamento de obras propriamente ditas, obras em distritos ou em sedes de municípios, Mariana,
516 Ipatinga, Colatina e Linhares, totalizando aproximadamente 41,329 milhões de reais. Na seleção da
517 prioridade 3, relativa a financiamento de projetos, foram dois pleitos do município de Sem Peixe e 4 pedidos
518 de apoio a projetos do município de Marilândia. Desta forma, o montante disponível foi alocado nas três
519 primeiras prioridades, não havendo resíduos para a prioridade 4. O representante do Governo de Minas
520 Gerais pergunta sobre o enquadramento do município de Ipatinga na prioridade 2, visto que para se
521 enquadrar seriam os municípios que fazem o lançamento de efluentes diretamente no rio Doce, e pelo
522 levantamento de informações o município de Ipatinga faz o lançamento no rio Piracicaba e no ribeirão
523 Ipanema, sendo informado que outros municípios foram retirados da prioridade 2 por esta mesma razão.
524 Ressalta que se trata de efluentes tratados nas ETEs não sendo esgotos. O representante do Ministério da
525 Cidades ao responder ao questionamento informa que Ipatinga se enquadrou na prioridade 2 por apresentar
526 em sua proposta uma parte de rede coletora, modificações nas elevatórias existentes e no projeto original da
527 ETE foram previstos 10 filtros, contudo por terem sido implantados apenas dois, a Prefeitura prevê o
528 aumento da quantidade de filtros para melhorar a eficiência do tratamento. Pela informação que se obteve a
529 ETE está bem próxima do rio Doce, na confluência dos dois rios, Doce e Piracicaba, quanto ao lançamento
530 foi requerido apoio da ANA e o que consta nos bancos de dados é que o despejo é no rio Doce. O
531 representante do Governo de Minas Gerais solicita análise criteriosa do projeto de Ipatinga, ressaltando que
532 o município pega apenas uma ponta do rio Doce, contudo o projeto apresentado corresponde a 36 milhões de
533 reais, ou seja, a maior parte dos 45 milhões disponibilizados. A Prefeita de Governador Valadares informa
534 sobre a insatisfação generalizada quanto aos critérios, destacando que os municípios querem ser ouvidos
535 quanto a seus projetos. Manifesta o entendimento de que os critérios foram elaborados em desacordo com as
536 necessidades dos municípios, sendo necessária revisão de critérios, avaliação mais detalhada dos recursos;
537 ressalta que se tivesse análise mais ampla, financiaria projetos de curta, média e longa duração. O
538 representante do Governo do Espírito Santo coloca como proposta junto o valor disponível para 2016 e 2017
539 de forma a financiar os projetos. A Presidente do CIF informa que o recurso é escasso e não irá beneficiar
540 todos os municípios, ressaltando que os critérios foram discutidos pelo CIF. A recomendação seria uma
541 proposta da CT de ajustes na deliberação 21, tendo em vista a agregação do recurso de 2016 com o de 2017.
542 Podendo os interessados participarem da reunião da Câmara Técnica. A Presidente do CIF ressalta a
543 importância de se levar em consideração o que já foi discutido exaustivamente. Assim, seria um ajuste dos
544 critérios tendo em vista novas avaliações técnicas e a consideração de um volume de recursos maior
545 integrando 2016 e 2017. A representante do Governo do Espírito Santo reafirma que o saneamento sanitário
546 não será realizado com 500 milhões de reais devendo os municípios se organizarem, por exemplo, com
547 parcerias público-privadas para resolução da questão que é principalmente de saúde pública. A Presidente do
548 CIF solicita que conste em ata que o CIF demanda a CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água ajustes
549 na deliberação 21 para próxima reunião no dia 12 e 13 de dezembro de 2016. Em continuação da reunião, em
550 relação ao Plano de Ações para o Período Chuvoso, foi demanda da CT que a caracterização hidrológica seja
551 feita o mais breve possível e que as coletas sejam realizadas de 12 a 16 de dezembro de 2016 mais 45 dias
552 para apresentação dos resultados; a inclusão de outras áreas com risco de desabastecimento de água;
553 complementação de informações; modelo simplificado pela medição da turbidez, caracterização da
554 metodologia de dados, tabela com resultados; acompanhamento pluviométrico com um número maior de
555 estações, com justificativas para escolhas das estações; entre outros. A CT propõe como redação da
556 deliberação: O Comitê Interfederativo se manifesta favorável à aprovação dos itens 2, 3, 4, relacionados ao
557 abastecimento humano para o período chuvoso 2016/2017, versão 3, devendo a Fundação Renova promover
558 os ajustes e incorporações sinalizados pela Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. A
559 manifestação do CIF sobre os demais itens do plano de ação, versão 3, será após avaliação de outras
560 Câmaras Técnicas em função das temáticas envolvidas. O CIF recomenda que estas ações contempladas no
561 Plano sejam implementadas de imediato, não sendo necessário aguardar a revisão. O representante da
562 Prefeitura de Governador Valadares requer a adequação dos valores para o município, que seja suprimida a
563 menção a Governador Valadares com exceção no conteúdo do Parágrafo após a tabela 18, página 59. Em
564 seguida, são ditas as duas recomendações, o primeiro de elaboração de relatório atualizado sobre a situação
565 da melhoria do sistema de abastecimento e um segundo relatório atualizado das ações de implementação das
566 captações/sistemas alternativos, devendo serem apresentados mensalmente. **Fica aprovada a Deliberação**
567 **n.º 33.** O Sr. Fábio Feldman informa sobre reunião para discussão sobre o cadastro, assim requer um prazo
568 maior para a Fundação apresentar orçamento, a outra seria o convite a Fundação participar das reuniões das

569 Câmara Técnicas. Colocando que a interlocução do CIF seja com a Renova e não mais com as mantenedoras.
570 Ao questionamento da Presidente do CIF, tendo em vista o atraso na apresentação do orçamento, os
571 representantes da Fundação Renova se comprometem a apresentar as informações até dois dias antes da
572 reunião de dezembro de 2016. O orçamento não será aprovado pelo CIF apenas para informação e
573 planejamento. No reinício das atividades no período da tarde, a representante da CT Organização Social e
574 Auxílio Emergencial apresentou deliberação para aprovação do protocolo de elegibilidade e a matriz de
575 documentos comprobatórios do Programa de Indenização Mediada. Ficam aprovados pelo CIF mediante
576 atendimento a determinação contida no item 2 desta Deliberação os critérios contidos no protocolo de
577 elegibilidade e matriz de documentos comprobatórios para o Programa de Ressarcimento e indenização dos
578 impactados conforme fundamentação da Nota Técnica 08/2016 Delibera pela inclusão das seguintes
579 modificações no protocolo de elegibilidade: a) inclusão das associações e cooperativas com atividade
580 produtiva no item 12; b) exclusão da restrição “serão considerados apenas juros e multas referentes a contas
581 ou contratos relacionados a saúde e educação conforme despesas conforme informações consideradas para
582 fins de declaração de imposto de renda”, existem contratos rurais e de habitação para os quais as pessoas não
583 puderam honrar seus compromissos, não podendo ser restritos a saúde e educação; c) inclusão de grupos não
584 previamente listados no protocolo caso eles sejam identificados no processo de cadastro e levantamento dos
585 danos; d) inclusão de meeiros visto que não há como se confiar que ao se indenizar o proprietário este
586 repasse o recurso para os meeiros, portanto, requer-se que se faça o cadastro separado destes. **Fica**
587 **aprovada a Deliberação n.º 34.** Durante a reunião de julho/2016 foi aprovada a Deliberação n.º 9, cujo item
588 4 solicitava a inclusão dos trabalhadores de apoio a pesca no Programa de Cadastro e no Programa de
589 Auxílio Financeiro Emergencial, sendo que posteriormente a CT encaminhou uma lista com 91 trabalhadores
590 de apoio a pesca que tinham sido identificados como inelegíveis. Esperava-se que se trouxessem uma
591 proposta de ressarcimento destas pessoas, contudo, os membros da CT foram informados que existiram
592 contestações. Desta forma, é proposta uma nova deliberação reforçando o entendimento de que os
593 trabalhadores de apoio a pesca são diretamente afetados desde que se enquadrem nos critérios. Assim, como
594 deliberação propõem: a) comunica-se o descumprimento do item 4 da Deliberação n.º 9 de 12/07/2016 que
595 solicita a inclusão dos trabalhadores de apoio a pesca artesanal nos Programas de Cadastramento dos
596 Impactados e de Auxílio Financeiro Emergencial; b) determina que são impactados diretamente com o
597 rompimento da barragem de Fundão os trabalhadores de apoio a pesca artesanal nos termos do artigo 2º
598 Decreto n.º 8425/2015 que tenham tido prejuízos em suas atividades produtivas ou perda de fonte de renda,
599 trabalho e subsistência ou inviabilidade de acesso ou de atividades de manejo; c) requer que a Fundação
600 Renova promova aos trabalhadores de apoio a pesca artesanal impactados pelo desastre: inclusão no cadastro
601 e programa de auxílio emergencial; pagamento emergencial do auxílio; inclusão no programa de indenização
602 imediata. A Fundação Renova deverá apresentar o planejamento das atividades em até 10 dias úteis. Ressalta
603 que a lista com os 91 indicados pela CT será encaminhada novamente, ressaltando que não se trata de uma
604 lista exaustiva podendo ser incluídos outros trabalhadores que forem identificados. **Fica aprovada a**
605 **Deliberação n.º 35.** A partir deste momento, o Governador do Espírito Santo participa da reunião. Foi
606 apresentada Nota Técnica sobre os inelegíveis ao recebimento do auxílio emergencial, reiterou que logo após
607 o acidente começou-se um cadastro sendo obtido banco de dados com aproximadamente 8 mil pessoas,
608 destas foram consideradas inelegíveis 2981 pessoas. Assim, em julho de 2016 foi requerido o envio da lista
609 nominal à CT para que se verificasse as pessoas e os motivos da inelegibilidade, o que ocorreu em
610 outubro/2016. Na análise da lista, os membros da CT entendem que eles não são suficientes para ensejar a
611 inelegibilidade das pessoas, entre os quais o motivo alegado “Não possuir CPF, data de aniversário”, sendo
612 que na própria lista tinha estas informações. Sugere que na próxima reunião a Fundação apresente resposta
613 sobre o encaminhamento de como está tratando a questão, e a partir desta resposta o CIF possa deliberar
614 sobre o pagamento das indenizações. O representante de grupo de Defensoria do Espírito Santo e Minas
615 Gerais informa que a Samarco elaborou matriz de danos que considera as informações dos Órgãos Públicos,
616 ressalta o medo das pessoas que ao assinarem o recibo de quitação ficarem desassistidas fato que não pode
617 ocorrer. A Defensoria não toma decisão por ninguém, apenas orienta a população. Informa que o Ministério
618 Público em Governador Valadares ingressou com ação para suspender a quitação geral prevista no Programa.
619 O Defensor Público de Minas Gerais informou a participação no processo, e o trabalho é o empoderamento
620 dos cidadãos. A Presidente do CIF encaminha no sentido de que a Fundação reanalise e apresente
621 esclarecimentos sobre os 2981 cadastros até a próxima reunião do CIF em dezembro/2016, deliberando para
622 constar em ata. Diante da informação do representante da Fundação de novo termo de quitação, e como
623 existe a Nota Técnica na Defensoria, o Procurador-Chefe junto a IBAMA solicita que, se possível, haja
624 contato da Fundação com a Câmara Técnica de Organização Social para na próxima reunião em caso de
625 ajuste pode-se até perder o objeto de discussão. O representante da CT de Conservação e Biodiversidade

626 coloca as deliberações sobre a cláusula 181, ou seja, sobre as unidades de conservação impactadas. Tendo em
627 vista que em janeiro/fevereiro de 2016 se tinha um quadro ambiental, e que este quadro evoluiu, sendo que
628 no início do ano apenas três UCs foram identificadas como impactadas e que
629 os Órgãos Públicos no âmbito federal, estadual e municipal fizeram uma Nota Técnica e elencaram as
630 unidades de conservação possivelmente impactadas pela tragédia, UCs elegíveis a serem avaliadas. A
631 deliberação é no sentido da Fundação Renova fazer uma análise sobre as unidades de conservação citadas se
632 foram impactadas, a magnitude e as medidas de reparação ou compensação para estas unidades. Aprova-se as
633 Notas Técnicas do IEMA, do IEF/MG e do ICMBio definindo quais são as unidades de conservação
634 potencialmente impactadas e que merecem ser objeto de estudo para avaliação da incidência e magnitude do
635 impacto. A outra deliberação seria a elaboração de um termo de referência a partir das diretrizes a serem
636 apresentadas pela CT de Conservação e Biodiversidade para implementação dos estudos indicados e o prazo
637 para apresentação do termo de referência será estabelecido na próxima reunião da CT. **Fica aprovada a**
638 **Deliberação nº 36.** A Câmara Técnica de Rejeitos e Segurança Ambiental informa ao CIF da proposta de
639 construção diques galgáveis e infiltrantes no rio Gualaxo. A deliberação trata-se de uma recomendação à
640 Fundação para apresentar à CT e aos Órgãos Ambientais soluções eficazes e definitivas visando a cessação
641 dos danos ambientais na calha e margem do rio Gualaxo do Norte a serem adotadas antes do próximo
642 período chuvoso 2017/2018, não sendo admitida a continuidade da poluição gerada em decorrência do
643 desastre ambiental. O representante da Fundação esclarece que estas estruturas de contenção, tanto a jusante
644 da barragem do Fundão quanto a montante do S4, e os três diques em especial passaram para a
645 responsabilidade da Renova no final de março/2017, no final do período chuvoso, portanto, a Fundação tem
646 e terá gestão sobre o assunto. Informa que tem ciência dos estudos que atestam a ineficiência dos diques do
647 rio Gualaxo, concordando com a percepção que deve-se estudar a situação na busca de uma solução holística
648 para a região. O representante da CBH-Doce coloca que se está no período chuvoso e deve-se combinar o
649 que deve ser feito em substituição aos três diques visando a contenção dos sedimentos e, em consequência, a
650 turbidez da água. A representante da CT ressalta que os três diques fazem parte de uma proposta maior para
651 contenção dos rejeitos, contudo entende que é muito pouco frente ao impacto a ser causado com as
652 intervenções que serão feitas no rio, além do tratamento químico a ser aplicado e para o qual não se conhece
653 os efeitos ecotoxicológicos. O representante da Fundação ao complementar a fala da CT ressalta que são
654 estruturas a jusante do dique S4, e são 4 estruturas a montante do S4 que se prestam exclusivamente a
655 contenção de rejeitos além de 4 diques anteriores a primeira estrutura que é o eixo 1. No total são quatro
656 estruturas formais e três estruturas de contenção prévia ou de bloqueio, além disto outra medida muito
657 importante que está em curso é o manejo das águas da barragem do Fundão, que talvez seja o elemento de
658 maior risco, toda água atual do reservatório de Fundão está sendo por meio de um conjunto de 20 moto-
659 bombas, duas adutoras, transposto do reservatório de Fundão para o braço do dique S3 (braço do
660 Mirandinha) exatamente para tirar qualquer alternativa que possa haver uma liquefação ou coisa do gênero
661 que possa vir a colocar em risco as estruturas. A Prefeita de Governador Valadares registra a preocupação
662 com a presença dos rejeitos e a turbidez da água. **Fica aprovada a Deliberação nº 37.** Neste momento o
663 Governador do Espírito Santo registra a satisfação de receber o CIF no Estado, e informa ter gostado da
664 dinâmica do Comitê no que pode acompanhar. Ressalta que o desastre, apesar dos problemas, trouxe uma
665 janela de oportunidades, visto possibilitar trabalhar em conjunto. No seu entender pode ser a forma de se
666 resgatar os comitês de bacias hidrográficas e de se aprender a trabalhar juntos, buscando o bem comum, que
667 vai além do socioambiental. Em seguida, se retirou da reunião. A Presidente do CIF abre o próximo item de
668 pauta, o Procedimento Operacional Padrão, ressaltando que na última reunião tanto Minas Gerais quanto o
669 Espírito Santo se mostraram favoráveis a aprovarem o documento, mas o Governo Federal tinha restrições. O
670 documento foi submetido a análise da Procuradoria, e assim entende-se que o POP pode ser votado. O
671 representante da *Ernest&Young* informa que as alterações requeridas pelo CIF foram acatadas, assim como
672 uma parte importante dos PAEs. Requer que de alguma forma a auditoria pudesse participar da construção
673 dos indicadores e das métricas, por ser importante pois serão o objeto da asseguaração. Fica aprovado o POP,
674 o CIF poderá deliberar ajustes caso necessários conforme implementação dos programas. A representante do
675 Governo do Espírito Santo informa que encaminhará algumas contribuições, mas nada que possa inviabilizar
676 a aprovação do POP. Nisto a Presidente do CIF colocou em votação a proposição. **Fica aprovada a**
677 **Deliberação n.º 38.** O representante da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle
678 Social manifesta o entendimento de que se trata de uma CT que pode trabalhar em transversalidade com
679 outras Câmaras. Pensou-se em se instituir uma mesa de diálogo, não sendo uma mesa temática mais ampla. A
680 CT pensará uma forma de fluxo das informações entre as Câmaras Técnicas entre si e com o CIF. Está sendo
681 pensado ainda uma forma de se divulgar as informações e eventos das CTs, dando conhecimento a população
682 das ações que estão sendo desenvolvidas numa linguagem acessível. A Presidente do CIF informa a presença

Aurey

683 do Prefeito de Ponte Nova que questionou sobre o município não constar no TTAC, ao que respondeu que o
684 CIF não pode incluir o município no instrumento. Também a Fundação não pode apoiar o município com os
685 recursos previstos no TTAC, contudo a Samarco pode implementar ações em Ponte Nova, caso queira.
686 Ressalta que se houver a demanda do município tem-se a possibilidade de se requerer à juíza da 12ª Vara a
687 inclusão de Ponte Nova no Acordo. Tanto o CIF quanto a Fundação Renova têm sua atuação orientada pelo
688 TTAC, não cabendo aos membros discutir se Ponte Nova é afetada ou não. A Fundação Renova apresenta as
689 ações que estão sendo feitas para atendimento às comunidades em Governador Valadares e Colatina, somente
690 para a interrupção do abastecimento de água. Em Governador Valadares são 3.735 pessoas atendidas 2.429
691 pessoas receberam propostas sendo que 948 estavam agendadas para retornarem e fecharem o acordo. Já
692 foram firmados 57 acordos, sendo efetuados os pagamentos e eliminando 9 ações judiciais. Está sendo
693 trabalhado junto a Defensoria para resolver a questão do termo de quitação para o qual inclusive existe ação
694 judicial. Em Colatina, são 1.266 propostas apresentadas, 55 ações e 453 pessoas agendadas para firmar
695 acordos. Sobre o questionamento acerca dos municípios informa que estão focados na questão do dano da
696 água, e em cerca de duas semanas a previsão é se focar nos danos gerais. Foi feito acerto para o município de
697 Barra Longa inclusive na assistência técnica. A Prefeita de Governador Valadares coloca a lentidão no
698 atendimento inclusive pelas dúvidas da população. Coloca a preocupação com o cumprimento do prazo
699 estabelecido. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião, convocando a próxima
700 reunião do CIF para os dias 12 e 13 de dezembro de 2016, no Palácio de Planalto em Brasília/DF.



